

**VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA MENINOS:
MASCULINIDADES E SILENCIAMENTOS EM DEBATE**

Cristiano Eduardo da Rosa¹, Jane Felipe de Souza²

RESUMO

Nesta pesquisa problematizamos a ocorrência de violência/abuso sexual contra meninos. Além de uma revisão de literatura, realizamos um questionário *on-line* em que participaram 170 homens brasileiros. Os resultados mostraram que 74 dos participantes foram vítimas dessa ocorrência na infância, acontecendo em maior número com crianças negras e que se identificaram como homossexuais quando adultos; além disso, a maioria dos/as abusadores/as era jovem e os casos se repetiram mais de uma vez. Consideramos necessária uma maior discussão sobre casos de violência/abuso sexual contra meninos, principalmente na Educação, desconstruindo pensamentos equivocados que naturalizam essas práticas e fomentando políticas públicas de proteção e acolhimento.

Palavras-chaves: Violência Sexual, Infâncias, Gênero, Masculinidades.

**SEXUAL VIOLENCE/ABUSE AGAINST BOYS:
MASCULINITIES AND SILENCES IN DEBATE**

ABSTRACT

In this research we problematize the occurrence of sexual violence/abuse against boys. In addition to a literature review, we conducted an online questionnaire in which 170 Brazilian men participated. The results showed that 74 of the participants were victims of this occurrence in childhood, occurring in greater numbers with black children and who identified themselves as homosexuals as adults; moreover, most of the abusers were young and the cases were repeated more than once. We consider it necessary to have a greater discussion on cases of sexual violence/abuse

¹Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Licenciado em Letras pela Universidade FEEVALE. Professor da rede municipal de ensino de Igrejinha, Rio Grande do Sul.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora titular aposentada da Faculdade de Educação da UFRGS. Integrante do GEERGE – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero e do GEIN – Grupo de Estudos em Educação Infantil e Infâncias.

against boys, especially in Education, deconstructing mistaken thoughts that naturalize these practices and fostering public policies of protection and reception.

Keywords: Sexual Violence, Childhood, Gender, Masculinity.

INTRODUÇÃO

Os dados sobre violência/abuso sexual³ infantil no Brasil podem ser considerados alarmantes, não somente em relação ao aumento de casos, mas porque sua ocorrência se dá predominante na própria casa das crianças vítimas, tendo como principais agressores pessoas da família ou muito próximas.

Neste cenário, chama-nos mais atenção ainda tanto a subnotificação de casos de abuso de meninos quanto o pouco debate sobre tais práticas. Percebemos como a discussão sobre a temática envolve a necessidade de problematizações mais profundas sobre masculinidades e sexualidades desde cedo, além do fomento a espaços abertos para compartilhamento de experiências e reflexões sobre os casos. Assim fica visível na sociedade atual tanto a pornografia quanto a prostituição infantil em várias regiões do país e, com o avanço das tecnologias e o acesso de crianças às redes sociais, os casos de exposição *on-line* de menores de idade têm aumentado, assim como o fato de que a situação de precariedade e vulnerabilidade econômica e social acaba maximizando as ocorrências de violência/abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Percebemos também que, quando realizamos esse recorte de gênero, muitas vezes os casos de violência/abuso sexual contra os meninos são interpretados como a iniciação sexual deles, normalizando essas práticas e legitimando os/as agressores/as. Contudo, ainda que as estatísticas mostrem que os garotos iniciam a

³ Utilizaremos nesta pesquisa a expressão "violência/abuso sexual" conforme sugere Felipe (2006, p. 206): "Usarei sempre a expressão violência/abuso sexual e não simplesmente abuso sexual, posto que a palavra abuso supõe que, em alguma medida, é possível fazer uso de alguma coisa. Como no caso do álcool, que tem seu uso permitido, mas se o sujeito abusa, é porque extrapolou de sua cota, passando dos limites aceitáveis para o convívio social. No caso do termo corrente "abuso sexual", me causa um certo desconforto, pois ele dá a impressão de que algum uso desse corpo infantil é aceitável, permitido. Portanto, utilizarei sempre a expressão violência/abuso sexual para enfatizar o primeiro termo, ou seja, abuso remete à violência, mesmo que tenha sido praticado de forma sedutora. O que está em jogo aqui, fundamentalmente é a desigualdade de poder entre adultos e crianças".

vida sexual mais cedo que as meninas, na infância eles ainda não estão preparados, física e psicologicamente, para experimentarem tais relações íntimas.

Sendo assim, nesta pesquisa⁴ problematizamos a violência sexual contra meninos debatendo dados e pesquisas sobre a temática, em especial as produções brasileiras, apresentando também o resultado de um questionário aplicado com 170 homens brasileiros sobre a ocorrência de violência/abuso sexual na infância. Os resultados são discutidos a fim de investigar as ocorrências e compreender a subnotificação dos casos que, somados à escassez de trabalhos científicos que debatam tal problema, corrobora para que essas violências continuem acontecendo e sendo legitimadas por muitos como algo natural da formação dos meninos e sem compromisso com a saúde física e mental dos homens.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 2018), entre 2011 a 2017, 25,8% das crianças vítimas de violência sexual eram do sexo masculino. Destas, destaca-se que 48,9% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos e 48,3% entre 6 e 9 anos, sendo 44,2% da raça/cor da pele negra, e as ocorrências se concentraram mais nas regiões Sudeste (41,8%), Sul (24,6%) e Norte (12,7%).

Ainda conforme o documento, entre as crianças do sexo masculino, as notificações de violência sexual mostraram que 33,2% tiveram caráter de repetição, tendo a residência (63,4%) e a escola (7,1%) como os principais locais de ocorrência, e 64,6% dos eventos foram notificados como estupro e 22,6% como assédio sexual. Sobre o agressor da violência sexual, 83,7% eram do sexo masculino e 35,4% tinham vínculo de amizade/conhecimento com a vítima, enquanto 29% eram da família.

⁴ Cabe aqui mencionar que esta pesquisa está vinculada a um projeto maior intitulado "Ignorar para acobertar ou informar para proteger? *Scripts* de gênero e sexualidade na prevenção das violências contra crianças", coordenado pela Prof.^a Dr.^a Jane Felipe, no eixo temático *Infâncias, Gênero e Sexualidade* da linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

É importante referir que a violência/abuso sexual pode acontecer de variadas maneiras: com contato físico – como tocar nos genitais da criança, obrigar que ela toque nos genitais do abusador, induzi-la ou obrigá-la a fazer sexo oral ou ainda praticar penetração; sem contato físico – mostrar conteúdos pornográficos à criança e motivar comportamentos sexuais não adequados à sua idade ou também travar conversas de teor sexual; e não presencial – aliciar crianças solicitando imagens suas sem roupa ou mesmo contatar por *webcam* e partilhar ou produzir vídeos pornográficos, por exemplo.

Ao examinarmos o Relatório anual do Disque 100 (BRASIL, 2020) referente a denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes em 2019, vimos que a violência sexual foi a quarta violação mais incidente, com 11% de ocorrência, ficando atrás da negligência, da violência psicológica e da violência física. O relatório ainda aponta que os meninos foram 18% das vítimas da violência sexual presentes nas denúncias, tendo na sua maioria idade entre 4 e 7 anos, seguido de 8 a 11anos. Cabe salientar que as denúncias configuram como apenas uma parte das ocorrências reais de violência sexual.

Como debatem Samira Bueno, Carolina Pereira e Cristina Meme (2019, p. 119), no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019

ao desagregar os dados por sexo verificamos que o ápice da violência sexual entre as meninas se dá aos 13 anos; o auge da vitimização entre o sexo masculino se deu ainda mais cedo, sendo o ápice dos estupros entre os meninos aos 7 anos. As pesquisas e notícias sobre violência sexual enfocam nas vítimas femininas por constituírem a maioria dos casos, no entanto, o estupro cometido contra meninos tão novos deve levantar questões específicas.

Outro estudo intitulado "*Out of the shadows: Shining light on the response to child sexual abuse and exploitation – a 60 country benchmarking index*", organizado pelo The Economist Intelligence Unit (2020, p. 18), aponta que existe um estigma social associado à violência sexual contra meninos, o que acaba por desencorajar a notificação formal. Tal situação está ancorada pelas normas machistas presentes na sociedade, pautadas na homofobia e na misoginia, na medida em que os meninos

temem ser vistos como femininos, vulneráveis e desamparados. O referido documento aponta ainda que é preciso desenvolver um trabalho “em torno de mudança de atitude, dando aos meninos a linguagem e as ferramentas para se sentirem à vontade em revelar o abuso sexual” (tradução nossa)⁵.

O relatório do mesmo estudo ainda aponta que o gênero tem desempenhado um papel importante nesse contexto, uma vez que as meninas são as principais vítimas, contudo os meninos que são vítimas de violência sexual têm sido ignorados de maneira ampla e contínua. Dos 60 países que fizeram parte da pesquisa, pouco mais da metade não apresenta proteção para os meninos em suas leis de estupro.

Nesse contexto, é ainda importante referir que somente a partir de 2009 a violência sexual contra meninos foi considerada como estupro de vulnerável perante o Código Penal brasileiro, pois até então esse crime se relacionava somente para as meninas vítimas de violência/abuso, já que o estupro era definido na lei apenas como penetração pênis-vagina. A mudança veio com a Lei 12.015/2009, que trocou o direcionamento da vítima na definição de estupro com a substituição da palavra "mulher" para "alguém" no artigo 213, deixando explícito que tanto os meninos e os homens podem ser vítimas desse crime, como também a autoria dessa ocorrência pode ser de uma mulher.

A importância e a necessidade da discussão acerca das temáticas de assédio e violência sexual contra meninos e homens emergiram de forma pontual em 2015, após uma campanha criada pelo coletivo feminista Think Olga com a *hashtag* #PrimeiroAssédio, convidando internautas a relatarem suas experiências. Na ocasião e para a surpresa de muitas pessoas, um elevado número de homens também fez depoimentos revelando episódios sofridos por eles no passado, demonstrando como a cultura machista também os afeta de forma a silenciá-los, resultando na

⁵“There is work to be done around attitudinal change and giving boys the language and tools to feel comfortable with disclosing sexual abuse”.Disponível em: http://outoftheshadows.eiu.com/wp-content/uploads/2020/04/Out-of-the-Shadows_whitepaper_60-countries_2020.pdf. Acesso em: 27 maio 2020.

subnotificação da violência sexual contra os meninos.⁶

Tais estatísticas deveriam ser interpretadas com mais atenção, pois delimitam algumas diferenças entre os casos de violência sexual contra meninas/mulheres e meninos/homens. Como destaca Richard Tewksbury (2007), as pesquisas envolvendo violência sexual contra meninos começam a surgir somente na década de 1970, portanto, são relativamente recentes e merecem uma maior visibilidade, se comparadas às pesquisas envolvendo a violência sexual contra as meninas. É possível notar que a maioria das campanhas e materiais produzidos para o combate à violência sexual na infância enfatiza muito mais as meninas como vítimas, colocando os meninos em segundo plano, embora tal visibilidade possa ser explicada em função das estatísticas que as mostram como as principais vítimas da violência/abuso sexual.

Nesse contexto, Letícia Silveira Felipe (2016) chama a atenção para o fato de que as políticas de atendimento e de proteção às crianças e adolescentes têm sido direcionadas de forma muito direta para as vítimas do sexo feminino. A autora ainda destaca, em sua pesquisa sobre gênero e masculinidade em relação à violência sexual em meninos, que eles seriam mais relutantes para revelar a ocorrência dessa violência, devido à cultura homofóbica e aos *scripts* de masculinidade e de sexualidade presentes em nossa sociedade, como também ficou evidenciada nesta pesquisa.

Segundo Sonia Fortes do Prado (2006, p. 44), ao discorrer sobre os estudos que tematizam a violência sexual contra crianças, ressalta que grande parte deles aborda as vítimas do sexo feminino, por acreditarem que o abuso sexual cometido contra os meninos seja algo incomum, com poucos impactos para a vida dos mesmos. Para a referida autora, “os meninos seriam vítimas silenciadas por medo de expor sua masculinidade assim como seus sentimentos de dependência, de medo e de vulnerabilidade”. A pesquisa de Ana Patrícia Alves Vieira Parizotto e Mabel

⁶Cabe aqui referir também que em abril de 2020 o ator e humorista brasileiro Marcelo Adnet declarou ter sido abusado sexualmente duas vezes em sua infância, aos 7 anos por um caseiro e aos 11 anos por um amigo da família. Tal revelação repercutiu na mídia nacional e emergiu diversas reflexões, principalmente por anteceder o mês de maio, marcado pela conscientização ao combate e prevenção ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Falavinha Baran (2015, p. 135) refere que "os meninos sofrem muito mais que as meninas, no caso da violência sexual, pois são mais ameaçados e, normalmente, o uso de violência física é maior". No entanto, entendemos que é muito temerário mensurarmos o tamanho e a extensão desses sofrimentos. A questão principal não é saber quem sofre mais, e sim como podemos evitar que isso ocorra, analisando de que forma tais situações surgem, seus contextos, implicações, as falhas das redes protetivas, em especial na família e nas escolas e quais são os aspectos específicos do abuso contra meninos.

No estudo de Moacyr Ferreira Pires Filho (2007) sobre o impacto do abuso sexual a partir de relatos de profissionais da Psicologia que atendem meninos vítimas de violência sexual, as entrevistas apontaram a frequência de diversas consequências, principalmente em três esferas: (i) psicológica: autonomia comprometida, confusão e dúvidas com relação à orientação sexual, depressão, medo da homossexualidade, pesadelos, rebaixamento de autoestima e terror noturno; (ii) nas relações interpessoais: apatia, bloqueios de sentimentos, dificuldade para criar vínculos afetivos, passividade, inconstância de comportamento, com expressões de agressividade e de exacerbação da sexualidade; (iii) na escola: bloqueio cognitivo e embotamento na participação com o grupo social.

Apesar de apresentar semelhanças, seria preciso focar no quanto os meninos/homens são e se sentem silenciados para falar e admitir que são/foram vítimas de violência sexual, principalmente na infância. Antonio Augusto Pinto Junior (2005) aponta que os meninos apresentam bastante dificuldade para falar sobre tal violência a que foram submetidos, seja por estarem preocupados com a avaliação de quem está ouvindo ou pelo medo de serem considerados homossexuais.

Por vezes, como destaca Samuel Souza (2017, p. 104), parece que a violência sexual contra meninos é socialmente inaceitável para os padrões culturalmente construídos das masculinidades.

Agrava a situação o fato de que, culturalmente, se imagina que o menino vítima foi colocado em uma posição feminina durante a violência sexual,

portanto, de passividade. Percebemos que padrões hegemônicos de masculinidades, disseminados nas relações de poder, que defendem a figura de homem forte, capaz de suportar dores sem se queixar, autônomo, sem fraquezas, racional, centrado e orgulhoso da sua heterossexualidade, muitas vezes prejudicam os meninos vítimas de violência sexual.

A pesquisa de Souza (2017) ainda evidencia que a maioria dos estudos sobre a violência sexual contra meninos baseia-se em entrevistas, e não em análise documental como foi a sua pesquisa. O autor ainda aponta que não há registros de trabalhos sobre a temática com esse recorte de gênero vindos da área da Educação, como ocorre no campo da Psicologia e do Serviço Social, e nesse sentido, evidencia-se a falta de um debate desse tipo de violência dentro das escolas. A Psicologia seria dominante nessa área por conta dos efeitos que tal experiência gera no sujeito vítima de violência, e como a Psiquiatria trabalha como conceito de pedofilia, essa área tem tantos mais trabalhos que as outras áreas (SPAZIANI, 2017).

Em consonância a isso, a pesquisa de Christian Haag Kristensen (1996, p. 8) mostrou que os meninos se deparam com o dilema entre revelar ou não o abuso sofrido, além de tal violência acarretar prejuízos vivenciais e relacionais, “posteriormente, apresentam possibilidades de reações como confusão quanto à orientação sexual, comportamento sexualizado, revitimação e comportamento abusivo”. Ou seja, não podemos cogitar a ideia de que a violência sexual com os meninos não traz impactos consideráveis às suas vidas, principalmente no que diz respeito ao seu desenvolvimento cognitivo e comportamental.

Diante de tal quadro que aponta inúmeras violações aos direitos das crianças, é necessário discutirmos a erotização dos corpos infantis como prática social contemporânea, a partir do conceito de pedofilização, desenvolvido pela pesquisadora Jane Felipe (2006, p. 216). Segundo ela, é importante

pontuar as contradições existentes na sociedade atual, que busca criar leis e sistemas de proteção à infância e adolescência contra a violência/abuso sexual, mas ao mesmo tempo legitima determinadas práticas sociais contemporâneas, seja através da mídia – publicidade, novelas, programas humorísticos –, seja por intermédio de músicas, filmes, etc., onde os corpos infanto-juvenis são acionados de forma extremamente sedutora.

Por meio de diversos artefatos culturais, é possível perceber um reiterado incentivo à erotização dos corpos infantis, especialmente em relação aos corpos femininos, tornando-os “desejáveis”, na medida em que se erotizam seus comportamentos, expressões, falas, gestos, roupas e modos de ser. Embora tais práticas estejam relacionadas com as meninas, colocadas como pequenas mulheres sedutoras; é importante considerar também como práticas similares têm surtido efeito sobre os meninos e homens, afetando a construção de suas masculinidades, pautadas muitas vezes no espectro da violência como exercício banalizado de suas ações, ao mesmo tempo em que eles também podem ser vítimas – quando crianças e adolescentes – da violência sexual, como mostram os resultados de nossa pesquisa mais recente. A partir disso, consideramos importante desenvolvermos estudos sobre os investimentos na produção desses corpos e de que forma eles se conectam, se relacionam e produzem diversos tipos de violência, dentre as quais a violência sexual contra crianças e adolescentes (FELIPE, 2013).

Cabe também referir sobre os três importantes desdobramentos do conceito de pedofilização: o primeiro trata da contradição entre leis para proteger as crianças ao mesmo tempo em que há um estímulo constante da erotização de corpos infantis e juvenis, em que as crianças são estimuladas a se comportarem como mini mulheres sedutoras (assim como os meninos, que devem demonstrar um tipo de masculinidade que se pretende hegemônica e cisheteronormativa desde cedo, sendo incentivados pelos pais a terem muitas namoradinhas, por exemplo); o segundo aspecto do referido conceito aborda a utilização da infância como fetiche para a temática de sedução, explorando o universo "infantil" voltado para a sexualidade (mulheres que se fantasiam de meninas, por exemplo); e o terceiro desdobramento do conceito coloca a pedofilização como uma violência contra crianças e adolescentes, na medida em que ocorre uma banalização do assédio e até mesmo da

violência sexual, naturalizando essas práticas ou ainda ignorando a pedofilia como uma prática criminosa (IZIDRO; FELIPE, 2018).⁷

Por fim, como salientam também Jean Hohendorff, Luísa Habigzang e Silvia Koller(2012, p. 408)

Mesmo, aparentemente, em menor número, os casos de violência sexual masculina ocorrem e necessitam de atenção. Ao se estudar e divulgar dados acerca da vitimização sexual masculina pode-se iniciar um movimento de mudança cultural de subnotificação desses casos no Brasil. Estudos futuros podem contribuir para a desmistificação da violência sexual masculina evidenciada pela escassez de estudos nacionais sobre o assunto. Pesquisas sobre a dinâmica da situação de violência sexual, características das vítimas e autores, além de suas possíveis consequências a curto e longo prazo, fornecerão informações e dados que podem ser utilizados em estratégias preventivas e terapêuticas.

Fomentar o debate sobre a violência sexual contra os meninos por meio deste e de muitos outros trabalhos de pesquisa torna-se fundamental, necessário e atual. Como destaca Felipe (2012, p. 218), "uma das formas mais importantes para prevenir a violência é discutir o problema". Os dados existem, mesmo que subnotificados, apresentando também uma produção acadêmica ainda escassa diante de um tema tão sensível, que necessita ser debatido a fim de contribuir para a elaboração de planos de combate e tratamento de crianças vítimas de violência sexual, sem excluir os meninos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de apresentar e analisar casos reais de violência/abuso sexual contra meninos e, produzir o material empírico desta pesquisa, elaboramos um

⁷ Salientamos aqui que pedofilia e pedofilização não se configuram como conceitos similares. Enquanto a pedofilia é descrita nos tratados médicos e psicológicos como uma parafilia envolvendo transtornos de personalidade, podendo ser caracterizada como uma preferência sexual por crianças, a pedofilização deve ser compreendida como um investimento cultural, histórico e social em torno dos corpos infantis, orquestrada muitas vezes de modo sutil e reiterado, através de inúmeras estratégias acionadas por distintos artefatos culturais (publicidade, programas de TV, músicas, objetos de consumo como roupas e acessórios voltados para as crianças, jogos online, etc). O conceito de pedofilização deve ser entendido como uma violência, marcada pela prática social e cultural contemporânea que envolve a erotização de corpos infantis.

questionário sobre o tema, convidando homens vinculados a cinco grupos de pesquisa - GEERGE (UFRGS), GEED (UNEAL), Nós do Sul (FURG), NEPEGS (IFSUL) e NUDES (UERJ) para respondê-lo. Utilizamos, inicialmente, a técnica de relações em rede, e em seguida recorreremos à técnica do *snowball* (bola de neve), quando um dos participantes vai indicando outro. O questionário, contendo dados de identificação como idade, grau de escolaridade, nacionalidade, estado civil, profissão, religião, possuía uma breve explanação sobre a pesquisa e seus objetivos, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Nesta pesquisa, inicialmente optamos por entrevistar sujeitos adultos sobre violências sexuais sofridas durante suas infâncias, pois ouvir as próprias crianças seria uma prática bastante complexa, difícil sob o ponto de vista ético e operacional, dependendo da autorização da criança, de suas famílias ou responsáveis, ou ainda do acesso a inquéritos policiais, que ocorrem/ocorreram em segredo de justiça. Por se tratar de um tema tão sensível, seria preciso visar a proteção e o resguardo das vítimas, e como argumenta Vanessa Oliveira Silva Simoni (2020, p. 13), "a fala da criança não deve ser uma obrigação, mas sim um direito, cabendo aos profissionais do Direito a inquirição e aos profissionais de Psicologia uma escuta e possível acompanhamento". Posteriormente resolvemos então elaborar um questionário, que foi respondido por 170 homens.

O questionário, que recebeu respostas entre 14 e 16 de julho de 2020, apresentava 20 questões, sendo 10 para traçar o perfil dos participantes (todos respondiam) e 10 para investigar informações sobre a violência sofrida (apenas quem declarou ter sofrido abuso respondia). Os resultados mostraram que dos 170 que responderam 74 deles afirmaram terem sido vítimas de violência/abuso sexual na infância, representando 43,5% dos homens.

Os participantes eram de 19 estados brasileiros diferentes, com idades entre 18 e 67 anos, sendo 54,1% brancos, 41,4% negros (autodeclarados 25,9% pardos e 16,5% pretos) 1,8% amarelo e 1,8% indígena. Quanto ao estado civil, 48,8% eram solteiros, 28,2% casados e 17,1% com união estável; e em relação à orientação sexual, 52,4% se

autodeclararam como heterossexuais, 38,2% homossexuais e 7,6% bissexuais. Acerca da escolaridade, 22,4% possuíam especialização, 20,6% graduação completa, 20% mestrado, 14,1% graduação incompleta e 8,8% doutorado.

Como o questionário foi postado na ferramenta Formulários do Google, ela já nos deu gráficos e uma tabela em Excel com todas as respostas, auxiliando na análise inicial dos dados e na realização de recortes relacionando duas ou mais questões. Além disso, acreditamos que mesmo aqueles homens que acessaram ao questionário e responderam nunca terem sofrido abusos sexuais na infância, a partir do contato com os textos informativos do questionário, tiveram possibilidade de refletir ou mesmo compreender melhor sobre a temática abordada, algo que percebemos não ser realizado cotidianamente sem que haja uma intervenção ou provocação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos homens participantes da pesquisa que afirmaram terem sido abusados sexualmente em suas infâncias, 31,1% responderam que a primeira violência/abuso sexual ocorreu entre 7 e 8 anos e 21,6% entre 5 e 6 anos. Pensando em raça e orientação sexual das vítimas, 54% são negros e 41% brancos; além disso, 51% são homossexuais e 37% heterossexuais. Nesse contexto, destacamos um recorte que mostra que dos 65 gays depoentes, 38 foram abusados (58%), enquanto dos 89 heterossexuais participantes, 27 foram abusados (30%). Ou seja, meninos negros e gays estariam mais vulneráveis à violência/abuso sexual do que brancos e heterossexuais. No entanto, cabe aqui considerar que é muito delicado afirmarmos que os meninos já se entendiam como gays ou hetero nesse período da infância. O que podemos dizer é que desde muito cedo os adultos já criam inúmeras expectativas em relação à orientação sexual dos meninos, como demonstram as pesquisas de Alexandre Toaldo Bello (2014), Jaime Eduardo Zanette (2017), Michele Lopes Leguiça (2019) e Jéssica Tairâne de Moraes (2019).

Entre as crianças vítimas, que hoje se declaram como homens gays e que na infância davam “pinta” (aquilo que alguns autores chamam de criança “viada”⁸), talvez possamos inferir que, em alguns casos, elas foram vítimas de homofobia por parte do agressor, que pode ter abusado sexualmente dos meninos considerados mais afeminados, até como forma de castigá-los. Talvez seja possível supor também que tais violências pelas quais passaram, além de traumas diversos, como apontam a literatura sobre o tema, tenham contribuído, de alguma forma, para a internalização da homofobia pelas próprias vítimas. Desse modo, os meninos abusados sexualmente podem acabar considerando que qualquer pensamento que não esteja dentro da norma, pode ser visto como errado e passível de punição. Contudo, também é fundamental entender que cada sujeito compreende sua identidade sexual em um momento próprio, ou seja, por vezes é na infância, outras na juventude, ou até mesmo na vida adulta. Assim, também ocorre que pode acontecer de um adulto suspeitar que determinado menino possa ser gay, por exemplo, mas isso não indica que a própria criança se compreenda como tal, por vezes ela nem está interessada por esse aspecto de sua sexualidade ainda.

Consideramos que a idade da vítima possa estar relacionada também com a maneira como o/a agressor/a vê – quanto mais nova, mais indefesa seria. Nesses casos, é possível perceber a imposição de um silenciamento sobre o fato ocorrido, ameaçando a criança, caso ela conte para alguém sobre o abuso vivido. Quando a vítima mantém em segredo a violência/abuso sexual sofrida, muitas vezes tende a se conformar com a situação, comportamento que Roland C. Summit (1983) chamou de síndrome da acomodação, envolvendo cinco mecanismos: (i) segredo; (ii) desamparo;

⁸O termo “criança viada” teve origem em uma conta no *tumblr* – uma plataforma de *blogging* que permite postagem de áudios, imagens, links, textos e vídeos – de mesmo nome, criado em 2012, que publicava foto de meninos considerados afeminados. Inspirada nesse perfil, a artista plástica Bia Leite criou sua exposição “Born to Ahazar” em 2013, com telas mostrando crianças intituladas como “Travesti da Lambada”, “Deusa das Águas”, “Adriano Bafônica”, “Luiz França She-há” e “Eduardo Ahazani”, entre outras. Esta exposição fez parte da mostra *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* no Santander Cultural em Porto Alegre-RS em setembro de 2017, que acabou sendo encerrada um mês antes do previsto, devido a manifestações e protestos políticos e religiosos que apontavam que tais obras, entre outras, faziam apologia à pedofilia.

(iii) acomodação; (iv) revelação tardia, conflituosa e inconsistente; e (v) retratação. E ainda há o fato de que como na maioria dos casos não há testemunhas, a questão do segredo é facilitada.

Já sobre o perfil do/a agressor/a, os participantes indicaram que 43,2% tinham entre 14 e 18 anos de idade, sendo que 20% dos homens abusados afirmaram terem sido abusados por mulheres: babás, empregadas domésticas, amigas da família e primas. Sobre isso, Felipe (2006, p. 214-215), destaca que “as estatísticas dificilmente fazem referências às mulheres, na medida em que estas, no exercício da maternidade ou na função de cuidadoras de crianças, parecem estar sempre acima de qualquer suspeita, o que nem sempre é verdade”. Nesse contexto, é importante referir que, ainda que o menino vítima tenha sentido prazer no ato, mesmo assim não deixa de ser uma violência.

É preciso refletir também sobre o fato de que o sujeito que foi abusado pode apresentar dificuldades de se reconhecer como vítima de uma violência/abuso sexual, ainda mais quando está presente uma ideia de que, no caso da vítima do gênero masculino, alguém mais velho do sexo oposto poderia ensinar sobre sexo. Há ainda, de maneira bastante forte, uma pressão social para que os meninos iniciassem suas vidas sexuais bem mais cedo do que as meninas, e com alguém experiente.

Fabiana Carvalho (2015, p. 156) argumenta que

Os universos da masculinidade e do abuso sexual contra a criança e o adolescente apontam para certa “naturalização” no abuso contra o menino e indicam a necessidade de intensificar a discussão, que pode reverberar, a longo prazo, em mudança cultural necessária. A violência contra meninos não é “coisa de homem” e precisa ser trazida à cena social, para que seja pautada como questão existente e relevante.

Nesse contexto, consideramos importante referenciar dois documentários que discutem sobre masculinidades desde a infância até a idade adulta: o primeiro chamado “*A máscara em que você vive*” (2015), disponível na plataforma Netflix, que apresenta entrevistas com acadêmicos e especialistas sobre a crise das crianças americanas e o desafio de educar uma geração de homens saudáveis; e o segundo “*O Silêncio dos Homens*” (2019), disponível no YouTube, que propõe reflexão acerca do

modelo de masculino que é imposto pela sociedade sobre meninos e homens e como tal prática tende a silenciá-los.

O fato ainda de que 20% dos homens participantes da pesquisa indicaram que foram abusados por mulheres nos mostra como é preciso também desmistificar que somente homens são abusadores. A pesquisa da professora britânica Siobhan Weare (2017), no campo do direito, problematiza alguns episódios em que homens foram coagidos a penetrar uma mulher, mostrando como esses episódios acontecem e podem deixar traumas. Os resultados de seu estudo mostraram que 80% dos homens participantes da pesquisa nunca mencionaram o acontecimento a alguém e 74,5% não procuraram qualquer tipo de ajuda. De acordo com a autora, os dados são bastante preocupantes, uma vez que 20,9% dos entrevistados afirmaram ter sofrido impactos emocionais negativos graves devido à experiência vivida.

Já entre os abusadores homens, a maioria eram primos, vizinhos, amigos da família, tios, amigos ou colegas de escola e irmãos mais velhos. O fato de grande parte dos/as abusadores/as ser jovem (na faixa de 14 a 18 anos) nos leva a pensar sobre que tipo de Educação Sexual estes/as receberam em casa – se é que receberam – e, ao mesmo tempo, refletimos sobre a adolescência ser uma época de descobertas acerca da sexualidade e como a falta de (in)formação nessa temática, seja em casa ou na escola, corrobora com a prática de abusar sexualmente de sujeitos mais novos e vulneráveis.

Neste contexto, também é relevante destacar o estudo de Adriane Andrade Costa (2019), que problematizou de que forma as ocorrências de contato sexual entre meninos eram percebidas. Segundo a referida pesquisadora, tais abusos tendem a serem compreendidos apenas como "jogos sexuais" do que propriamente uma violência sexual, havendo, portanto, um apagamento da figura do agressor ou do menino como uma vítima. Interessante observar que tal interpretação foi evocada tanto pela própria família quanto por profissionais da área da assistência social. A autora enfatiza ainda a necessidade tanto de existência de locais para acompanhamento de crianças que tiveram episódios de contato sexual com outras,

quanto de repensar o desenvolvimento sexual da criança e sua capacidade de reproduzir atos de violência, desconstruindo a ideia de que "apenas adolescentes ou adultos teriam a capacidade racional de efetivar um episódio de abuso sexual" (COSTA, 2019, p. 107).

Um dado importante a considerar é o fato de que no Código Penal Brasileiro, o adolescente que comete violência/abuso sexual não pode ser processado por estupro de vulnerável, mas sim por ato infracional. Embora reconheçamos a importância e a complexidade das questões jurídicas que envolvem menores, nos limites deste artigo, não entraremos nos detalhamentos de tal discussão, até porque nosso campo de atuação e estudos se volta prioritariamente para as pesquisas em educação. Dentro disso, nos interessa em especial a formação docente, de modo que professores/as possam reconhecer tais situações que envolvem a construção das identidades de gênero e das identidades sexuais, em que os temas a respeito da violência contra crianças é um de seus temas principais, envolvendo a escola como uma rede protetiva (ZANETTE, 2018).

A ocorrência da violência/abuso sexual para os participantes da pesquisa aconteceu mais de uma vez para 75,7% dos homens, sendo que dos 38 gays abusados, 30 deles afirmaram ter havido recorrência das agressões (79%). No entanto, dos 27 heterossexuais abusados, 17 deles alegaram serem vítimas de novos abusos (46%). Somado a isso, 50% das ocorrências aconteceram na casa da vítima, enquanto 21% foram na rua e 14% na casa do/a agressor/a ou em outra casa. Para Raquel Baptista Spaziani (2017, p. 139) "o que caracterizaria a violência sexual contra crianças seria a desigualdade de poder entre adulto e criança, no que diz respeito ao conhecimento, autoridade, maturidade e autonomia".

Em relação à maneira como tal experiência afetou as vítimas na época, grande parte não entendeu o que aconteceu, mas muitos participantes sentiram medo, associado à vergonha, tristeza e isolamento. Acerca de como a/s ocorrência/s afeta/m nos dias de hoje, alguns dizem que em nenhum sentido, contudo muitos afirmam que possuem problemas de relacionamento afetivo-sexual com outra pessoa, sentindo ansiedade e insegurança. Pouco mais da metade dos homens, 55,4%,

afirmou que contou para alguém sobre o abuso sofrido, porém cabe aqui destacar que, aqueles que contaram na infância, a maioria foi desacreditada ou mesmo considerada culpada pelo ocorrido.

Sobre as consequências comuns da violência sexual para meninos e homens vítimas, Hohendorff, Habigzang e Koller (2014, p. 57) reúnem cinco tipos descritos por estudos nacionais e internacionais: (i) físicas, como lesões, mutilações, fissuras e DSTs; (ii) emocionais, como ansiedade, culpa, medo, raiva, tristeza; (iii) cognitivas, como baixa autoestima, dificuldade de aprendizagem, pensamentos obsessivos e pesadelos; (iv) comportamentais, como agressividade, baixo rendimento escolar, fugas de casa e uso de substâncias; e (v) psicopatologias, como transtornos de humor, alimentares e de personalidade.

Ainda cabe aqui refletir que muitas vezes quando os meninos apresentam tais sintomas, estes são interpretados não como consequências de uma violência, mas como comportamento típico de uma masculinidade em desenvolvimento, generalizando como se todos fossem iguais e, assim, invisibilizando a oportunidade de perceber que essas alterações emocionais, cognitivas e comportamentais, principalmente, seriam resultantes de algum abuso sofrido. E percebemos também que, muitas vezes, a interpretação do abuso contra meninos é considerado menos violento do que com as meninas, talvez pela crença de quem eles saberiam se defender ou mesmo que conseguiriam se desfazer da situação. Entretanto, tal pensamento apenas fomenta ainda mais a dificuldade em se debater tal violência, seja pela perspectiva da vítima quanto do violentador, pois muitas vezes um ou outro não se veem nesses papéis.

Como argumentam Vicente de Paula Faleiros e Eva Teresinha Silveira Faleiros (2006, p. 25)

Os valores do machismo, do patriarcalismo e de inferioridade de gênero e da submissão das crianças aos adultos fazem parte da estrutura de uma sociedade, na qual se inscreve a trajetória das notificações de abuso sexual. (...) Autoritarismo, machismo, preconceitos, conflitos se articulam com as condições de vida das famílias, e as questões de poder se manifestam nas

relações afetivas e na sexualidade. É nesse contexto de poder que deve ser analisada e compreendida a violência sexual de adultos contra crianças.

Para muitos meninos e homens, revelar que foram ou estão sendo vítimas de violência sexual é abrir mão de muitos aspectos de suas masculinidades. Assim, precisaríamos refletir sobre a construção destas desde as infâncias, em como projetamos nos meninos, desde cedo, as expectativas para desempenharem determinados comportamentos com base em seu gênero. Estas se relacionariam com o que Jane Felipe (2019) opera nomeando de *scripts* de gênero, que seriam entendidos como roteiros, normas e prescrições, veiculados por meio de diversos discursos (religiosos, médicos, psicológicos, políticos, jurídicos, pedagógicos, midiáticos, etc.) e instituições (famílias, escolas, igrejas, hospitais, etc.).

Perguntados se quando criança sua família deu algum tipo de orientação sexual para que se protegesse de alguma forma de possíveis abusos sexuais, 86,5% dos participantes da pesquisa afirmaram que não. E aqui fazemos um recorte importante ao verificar que quando a família conversou sobre, 80% dos homens abusados relataram seus abusos; já nos casos em que a família não conversou, os casos relatados baixam para 52%. A existência da dificuldade em reagir ao ato pelo temor de ser agredido – pois em geral o agressor é mais velho, talvez mais forte e por isso acabe intimidando a vítima, que se dá conta de estar em desvantagem – somado ao desconforto em ter que lidar com a presença do abusador na vida adulta faz com que a vítima fique ainda mais silenciada. Acreditamos que, por vezes, a impossibilidade da criança vítima de se contrapor ao abuso sofrido se deve ao fato dela ser pega de surpresa com a situação, não sendo capaz de esboçar qualquer reação, como se estivesse em estado de choque, ou ainda por não entender muito bem o que está se passando.

Por fim, foi questionado se na escola em que estudaram no Ensino Fundamental houve algum tipo de Educação Sexual, e 81,1% responderam negativo, mostrando como a instituição de ensino não costuma trabalhar com essas temáticas na infância. Desta forma, cabe refletir o papel da escola frente a essas ocorrências, pois, se pensarmos que as crianças que sofrem violência sexual estudam, muitas

vezes é na sala de aula ou nos demais espaços da instituição de ensino que demonstram as consequências ou mesmo pistas dos abusos vividos. Nesse sentido, haveria a necessidade dos/as docentes se instrumentalizarem a fim de que possam perceber essas mudanças, principalmente, de comportamento – com o devido cuidado para não conceber algumas atitudes como sendo comuns aos meninos e perder um olhar único a cada sujeito – sentindo-se capazes de ao menos desconfiar e até identificar e realizar o encaminhamento adequado para os agentes sociais e de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamentos como “meninos sabem se defender”, “meninos são mais fortes” e mesmo “meninos não passam por isso” fazem com que eles sejam ainda mais propensos à violência sexual, tendo em vista que os cuidados sobre eles nesse sentido acabam sendo menores, assim como a abertura para falar sobre essas ocorrências. Tendo em vista a sociedade machista em que vivemos, pensamos que seria importante iniciar esse diálogo na escola, já na Educação Infantil, a fim de que os meninos se sintam confortáveis e seguros para falar sobre situações de abusos sem medo ou vergonha.

Nesse sentido, esta pesquisa nos trouxe algumas informações sobre as especificidades da violência sexual contra meninos comparada quando ocorre com as meninas: (i) ela acontece mais na infância do que na adolescência ou vida adulta; (ii) na maioria das vezes os abusos são compreendidos como ataques à sexualidade da vítima; (iii) os meninos violentados sexualmente são menos culpabilizados do que as meninas; (iv) este abuso sexual é envolto de inúmeros pensamentos equivocados e mitos; e (v) as vítimas masculinas demoram mais tempo para falarem sobre o acontecimento.

Dessa forma, consideramos que a baixa notificação de casos de violência sexual contra meninos por parte das vítimas contribuiu diretamente no número raso

de casos existentes e indiretamente na escassez de estudos sobre essas ocorrências. E seguindo nossa linha de raciocínio, com poucas pesquisas, profissionais que atuam junto às vítimas, como assistentes sociais e psicólogos/as, também teriam carência de bases científicas e teóricas para tratar desses traumas nos atendimentos aos meninos. Ou seja, constatamos esse fenômeno ao demonstrar que a subnotificação implica, de certa maneira, no próprio tratamento das vítimas.

Salientamos que as crianças percebem a relação desigual entre elas e os adultos e não reagem por diversos motivos: por não entenderem o que acontece (no caso das mais novas), ficando em estado de choque; por perceberem que a atitude do/a agressor/a é errada, mas temem contar para a família; e por vezes também recebem ameaças. Além disso, elas não se sentem encorajadas para contar aos pais algo estranho que aconteça a elas porque percebem que a sua palavra de criança não vale muito e ficam confusas, temendo criar confusão na família (já que o/a agressor/a pode ser da própria família ou amigo próximo). Por fim, o segredo guardado por muito tempo estaria relacionado com dois medos: o de ser mal interpretado, como se a criança tivesse contribuído com a situação, e o de ser visto como gay (em especial no caso de crianças mais velhas, que já entendem sobre o tema).

Nesse sentido, destacamos a importância de debater: como fazer para que a violência sexual contra meninos seja mais discutida, assim como ocorre com a violência sexual contra meninas? Como são os serviços das redes de proteção e de atendimento disponíveis para as vítimas de violência sexual? Como os profissionais dessas redes podem auxiliar os meninos vítimas de violência sexual? O que torna os meninos vulneráveis para a violência sexual? Que intervenções seriam possíveis de serem realizadas para evitar e remediar tal ocorrência?

Sendo assim, consideramos que a subnotificação dos casos e a pouca produção científica sobre essas ocorrências prejudicam os homens tanto quanto a própria violência sexual. A confusão conceitual de alguns termos também provoca equívocos pontuais quando se fala em abuso e violência sexual, como o pensamento de que todo abusador é pedófilo e vice-versa, ou mesmo quando se considera a violência

sexual como sinônimo de penetração em uma relação sexual com menores, quando na realidade o nome dessa prática seria estupro – observamos bastante esse problema na área jornalística.

Portanto, salientamos a importância da construção de uma rede (in)formativa sobre essa temática, assim como o fomento para mais pesquisas nessa área e a apuração de dados específicos sobre casos de violência sexual contra meninos, realizando esse recorte de gênero. Seria preciso voltar nossos olhares para eles, educá-los e acolhê-los em todas as suas vulnerabilidades, motivando a confiança e criando espaços seguros para que desenvolvam as suas masculinidades de maneiras positivas.

REFERÊNCIAS

BELLO, Alexandre Toaldo. **Pecuária do amor**: relações afetivo-sexuais das jovens em uma escola da periferia de Porto Alegre. 2014. 142 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. **Relatório anual do Disque 100**: Relatório de denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes em 2019. Disponível em: http://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/ouvidoria/Disque100Relatorio_Crianaeadolescentes.pdf. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. v. 49, n. 27, jun. 2018.

BUENO, Samira; PEREIRA, Carolina; NEME, Cristina. A invisibilidade da violência sexual no Brasil. *In*: FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, a. 13, 2019.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Homem não chora**: o abuso sexual contra meninos. 2015. 168 f. Doutorado (Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, Adriane Andrade. **Contato sexual entre meninos**: "jogos sexuais" ou violência sexual? 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Teresinha Silveira (Orgs.). **Circuito e Curtos-Circuitos**: atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes. São Paulo: Veras Editora, 2006.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo o pedófilo? **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 26, p. 201-223, jan./jun. 2006.

FELIPE, Jane. Erotização dos corpos infantis. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, p. 54-66, 2013.

FELIPE, Jane. Relações de Gênero: Construindo Feminilidades e Masculinidades na Cultura. *In*: XAVIER FILHA, Constantina Xavier (Org.). **Sexualidade, Gênero e diferenças na Educação das Infâncias**. Campo Grande: UFMS, p. 217=226, 2012.

FELIPE, Jane. *Scripts* de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. *In*: ALBUQUERQUE, Simone Santos; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (Orgs.). **Para Pensar a Docência na Educação Infantil**. Porto Alegre: Evanfrag, 2019. p. 238-250.

FELIPPE, Leticia Silveira. **Violência sexual em meninos**: gênero e masculinidade. 2016. 230 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 23. n. 2, p. 395-415, jun. 2012.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. **Violência sexual contra meninos: teoria e intervenção**. Curitiba: Juruá, 2014.

IZIDRO, Lúcio; FELIPE, Jane. O que precisamos saber sobre pedofilia e pedofilização: aspectos médicos, jurídicos e culturais. *In*: SÁ-SILVA, Jackson Ronie; SANTOS, Marcos Eduardo Miranda; SILVA, Yuri Jorge Almeida da (Orgs.). **A discussão da pedofilia no campo da Educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 23-40.

KRISTENSEN, Christian Haag. **Abuso sexual em meninos**. 1996. 106 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

LEGUIÇA, Michele Lopes. **“Atira no coração dela”**: corpos e scripts de gênero na educação infantil. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MORAES, Jéssica Tairâne de. **“Minha mãe não pode falar nada que meu pai fica brabo”**: violências de gênero a partir do olhar das crianças. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PARIZOTTO, Ana Patrícia Alves Vieira; BARAN, Mabel Falavinha. Abuso sexual em meninos: rompendo o silêncio. **Unoesc & Ciência**– ACBS Joaçaba, v. 6, n. 2, p. 129-136, jul./dez. 2015.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto. **Violência sexual doméstica contra meninos: um estudo fenomenológico**. São Paulo: Vetor, 2005.

PIRES FILHO, Moacyr Ferreira. **Violência intrafamiliar: a compreensão de psicólogos que atendem em instituições crianças do sexo masculino, vítimas do abuso sexual**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2007.

PRADO, Sonia Fortes do. **Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero: um estudo exploratório.** 2006. 215 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SIMONI, Vanessa Oliveira Silva. Oitiva de crianças: Há mesmo depoimento sem dano? Uma discussão acerca dos aspectos psicológicos do Depoimento Especial. **Revista Pro Homine**, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2020.

SOUZA, Samuel da Silva. **Violência sexual contra meninos no município de Corumbá/MS no período de 2006 a 2015.** 2017. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2017.

SPAZIANI, Raquel Baptista. **Violência sexual contra crianças: a inserção da perspectiva de gênero em pesquisas de pós-graduação da área da Educação (1987-2015).** 2017. 207 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2017.

SUMMIT, Roland C. The child sexual abuse accomodation syndrome. **Child Abuse & Neglect**, n. 7, v. 2, p. 177-193, 1983.

TEWKSBURY, Richard. Effects on Sexual Assaults on Men: Physical, Mental and Sexual Consequences. **International Journal of Men's Health**, v. 6, n. 1, p. 22-35, maio 2007.

WEARE, Siobhan. **Forced-to-penetrate cases: lived experiences of men.** Lancaster University Law School. June 2017. Disponível em: <http://wp.lancs.ac.uk/forced-to-penetrate-cases/files/2016/11/Project-Report-Final.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ZANETTE, Jaime Eduardo. **Coordenação pedagógica na educação infantil e as (im)possibilidades de uma rede (in)formativa sobre gênero e sexualidade.** 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ZANETTE, Jaime Eduardo. **Dos enigmas da infância: transexualidade e tensionamentos dos scripts de gênero.** 2016. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência na Educação Infantil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.